

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 524.890 - MG (2019/0227248-7)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : JOSE LUIZ SAVINO FILO
ADVOGADO : JOSE LUIZ SAVINO FILO - MG025407
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : A C F V (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **A. C. F. C.**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Colhe-se dos autos que o paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva pela suposta prática do delito tipificado no art. 217-A do Código Penal.

Neste *writ*, pleiteia a revogação da custódia provisória ou a substituição dela por medidas cautelares diversas da prisão.

O pedido de medida liminar foi indeferido.

O Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

É manifesta a superveniente ausência de interesse de agir que atingiu a presente impetração pois as questões aqui levantadas já foram examinadas, em 8.10.2019, quando do julgamento, por esta Quinta Turma, do Recurso em *Habeas Corpus* n. 118.117/MG, de minha relatoria, impetrado em favor do ora paciente e impugnando o mesmo acórdão (*Habeas Corpus* n. 1.0000.19.036109-7/000).

Veja-se, a propósito, a ementa do julgado:

"PROCESSO PENAL. RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. RECURSO DESPROVIDO.

1. A prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

2. No caso, a custódia cautelar está suficientemente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, diante da gravidade concreta da conduta delituosa, pois o recorrente teria abusado sexualmente de sua enteada, menor de 14 anos, por um período de aproximadamente 5 anos.

3. Ademais, o recorrente encontra-se foragido, não tendo sido encontrado para prestar esclarecimentos sobre os fatos, o que também autoriza sua segregação cautelar por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal.

4. É inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois a gravidade concreta da conduta delituosa indica que a ordem pública não estaria acautelada com a soltura do recorrente.

Superior Tribunal de Justiça

5. O fato de o recorrente possuir condições pessoais favoráveis, por si só, não impede a decretação de sua prisão preventiva.
6. É incabível, na estreita via do recurso em *habeas corpus*, a análise de questões relacionadas à negativa de autoria, por demandarem o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.
7. Recurso desprovido. "

Ante o exposto, **julgo prejudicado** este *habeas corpus*.
Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator

